



# REALIZAÇÃO



ASSOCIAÇÃO DOS  
ARQUIVISTAS DO  
ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL

# PATROCÍNIO



University of Minho SPIN-OFF



INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA



# PARCEIROS



## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¾ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

## Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado  
Camila Lacerda Couto - Especialização  
Cléo Belicio Lopes - Especialização  
Daniel Flores - Pós-Doutorado  
Débora Flores - Mestrado  
Denize Brum Camargo - Graduação  
Flavia Helena Conrado - Mestrado  
Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado  
Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização  
Mateus de Moura Rodrigues - Especialização  
Raquel Miranda da Silva - Especialização  
Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado  
Rosani Gorete Feron - Especialização  
Valéria Raquel Bertotti - Mestrado  
Viviane Portella de Portella - Mestrado

## Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente  
Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro  
Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro  
Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro  
Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro  
Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

## Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro  
Arquiv. Mndr. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro  
Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro  
Arquiv. Ma. Neiva Pavezzi (UFSM) - Membro

## Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL  
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas  
Ana Célia Rodrigues - UFF  
André Malverdes - UFES  
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB  
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO  
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL  
Aurora Leonor Freixo - UFBA  
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas  
Carla Mara da Silva Silva- UFAM  
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq  
Carlos Blaya Perez - UFSM  
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG  
Dhion Carlos Hedlund - FURG  
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC  
Eliandro dos Santos Costa - UEL  
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO  
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM  
Flávio Leal da Silva - UNIRIO  
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA  
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA  
Heloísa Liberalli Bellotto - USP  
Janilton Fernandes Nunes - UFAM  
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq  
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS  
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP  
Josemar Henrique de Melo - UEPB  
Julianne Teixeira e Silva - UFPB  
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB  
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG  
Marcieli Brondani de Souza - UFAM  
Margarete Farias de Moraes - UFES  
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS  
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL  
Maria Leandra Bizello - UNESP  
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA  
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES  
Mateus de Moura Rodrigues - FURG  
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas  
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA  
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA  
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB  
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS  
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL  
Sérgio Renato Lampert - FURG  
Sônia Elisabete Constante - UFSM  
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP  
Úrsula Blattmann - UFSC  
Welder Antônio Silva - UFMG

## **Comissão de Apoio**



### **Secretaria**

Melina Pereira

### **Comissão de Divulgação**

Everton Tolves  
Pâmela Menezes Flores  
André Grendene Azevedo  
Maria Eduarda Flores

### **Comissão de Transportes**

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon  
Comissão Artística  
Arion Pilla

### **Comissão de Projetos**

Jonas Ferrigolo Melo  
Juliana Kirchhof  
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

### **Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados**

Camila Medeiros  
Tamiris Carvalho  
Catiana Ramiro

### **Comissão de Infraestrutura**

Adriéli Mello  
Douglas Duarte

### **Editoração e Revisão**

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



## **Associação dos Arquivistas do RS - AARS**

### **Biênio 2013 - 2015**

#### **Diretoria**

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1<sup>a</sup> SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2<sup>a</sup> SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1<sup>a</sup> TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2<sup>o</sup> TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

#### **CONSELHO FISCAL - TITULARES**

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

#### **CONSELHO FISCAL - SUPLENTES**

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



## **SUMÁRIO**

Sobre o Evento.....	<b>09</b>
AARS.....	<b>11</b>
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	<b>12</b>
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	<b>328</b>
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	<b>370</b>
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	<b>615</b>
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	<b>730</b>
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	<b>949</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	<b>1121</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	<b>1143</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	<b>1168</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória .....	<b>1220</b>

## SOBRE O EVENTO

### VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, consequentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

## A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



# **COMUNICAÇÕES ORAIS**

**EIXO:**

**PATRIMÔNIO  
DOCUMENTAL E  
MEMÓRIA**

## O ESTUDO DA DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA DO MUSEU JEZUALDO D'OLIVEIRA: A ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS FOTOGRÁFICOS DE ARQUIVOS EM MUSEUS

Bruno Henrique Machado  
Telma Campanha de Carvalho Madio

### **RESUMO**

Esse artigo apresenta a importância da organização dos documentos fotográficos enquanto documento de arquivo, apresentando as dificuldades metodologias e procedimentos adotados para a organização desse documento, destacando também a importância que os registros fotográficos organizados em ambiente de museu preservem suas origens. Nesta investigação constatou-se como a fotografia documento, por diversas razões não recebe o tratamento técnico adequado e necessário como os demais documentos de arquivo. Assim, tivemos como enfoque do trabalho o estudo de caso do Museu Municipal Jezualdo D'Oliveira, situado no município de Mirassol – SP, que possui sob sua custódia coleções fotográficas do Município. Caracterizando assim, uma organização peculiar: atualmente são objetos de museu, porém são documentos produzidos pela Prefeitura e Câmara Municipal de Mirassol que devido à classificação museológica e o manuseio incorretos, e com o agravante de diversas exposições incorretas, muitas informações foram perdidas e sua organização foi fragmentada dos demais documentos, perdendo-se o vínculo administrativo das fotográficas. O produto final deste trabalho foi o desenvolvimento de uma ficha catalográfica, onde esses dados fossem preservados.

**Palavras-chave:** Organização Arquivística. Museu Municipal Jezualdo D'Oliveira. fotografia.

### **THE PHOTOGRAPHIC DOCUMENT STUDY OF JEZUALDO D'OLIVEIRA MUSEUM: THE PHOTOGRAPHIC COLLECTION FILES ORGANIZATION IN MUSEUMS.**

### **ABSTRACT**

This article presents the importance of the photographic documents organization as document files, presenting the methodological difficulties and adopted procedures for this documents organization, also highlighting the importance to the photographic records organized in a museum environment that are able to preserve its origins. In this investigation it was found how the photography as a document, for several reasons, does not get the appropriate technical treatment such as other sorts of file documents. Therefore, the focus of this research was the case study of the Jezualdo D'Oliveira Municipal Museum, located in Mirassol, in São Paulo, which details under its custody the photographic collection of the City. It is characterized as a peculiar organization: nowadays they are considered museum objects, however, they are documents produced by Mirassol's City Hall and Councill. And because of the incorrect handling and the museological classification, aggravated by several incorrect exhibitions, much data was lost and its organization was fragmented from the other documents which resulted in the loss of the photographic administrative link. The final product of this research was the development of a cataloguing record, where this data could be preserved.

**Key-words:** Archival Organization. Jezualdo D'Oliveira Municipal Museum. Photography.

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é o resultado da minha pesquisa de Iniciação de Científica fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP e também o Trabalho de Conclusão de curso de bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista. Pesquisamos os registros fotográficos no escopo do desenvolvimento administrativo do Município de Mirassol em diferentes datas de sua história, discutindo-os como documento de arquivo, porém agora custodiados pelo Museu Municipal Jezualdo D' Oliveira, na cidade de Mirassol-SP. O interesse pelo tema teve início a partir de um estágio extracurricular desenvolvido no ano de 2011, quando tivemos contatos com os objetos custodiados e percebemos que as fotografias tinham características peculiares, são tratadas individualmente e com a terminologia muito confusa, incipientes para uma busca de informação para seus usuários. Porém, no desenvolvimento do estágio extracurricular notamos características arquivísticas a essa documentação como, por exemplo, os órgãos produtores nas fichas de controle do acervo do museu, como Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Mirassol.

O Museu Municipal surgiu em 1945 de forma ainda não oficializada, por iniciativa de Jezualdo D' Oliveira idealizador do projeto que fundou e formou o acervo. Em 1948, obteve a permissão do prefeito da época, Antônio Novaes Romeu para que o museu pudesse ocupar uma sala nas imediações do prédio da Prefeitura Municipal. Oficializou- se como Museu Municipal, com o Decreto Municipal nº 0022 de 8 de setembro de 1953. Nesse período ocorreram muitas mudanças e o acervo passou por várias localizações até se fixar no local atual. Nesse contexto, as indagações fundamentais que balizaram este trabalho foram: Quais as características das organizações que produzem e custodiam a documentação fotográfica? Ou melhor, partindo-se dos pilares norteadores da Arquivística quais são os métodos técnico-científicos para se entender essa transferência e propor uma organização a este acervo para que se mantivesse identificado as características originais desses documentos? Será possível essa aplicação? No entanto, estamos em um ambiente museológico e como proposição principal analisamos a documentação fotográfica do Museu gerada pela Prefeitura e Câmara Municipal de Mirassol. Investigando a atuação da Administração Municipal entendermos como essa documentação passou a custódia do Museu e, propomos uma identificação e organização baseada nos preceitos arquivísticos (campos específicos de administração), mantendo os museológicos. Dessa maneira o produto final desse trabalho foi o desenvolvimento de uma ficha de identifica-

ção das fotografias que acreditamos correspondam às necessidades do Museu Municipal Jezualdo D' Oliveira.

## 2. DOCUMENTO FOTOGRÁFICO NO AMBIENTE ARQUIVÍSTICO

No trabalho de Schellenberg, é possível visualizar os esforços para apresentar as variações de suportes informacionais que não sejam os tradicionais e que podem ser classificadas pela seguinte forma:

Sob o ponto de vista, os documentos podem ser divididos, de maneira geral, em escritos, audiovisuais, e cartográficos. Essas grandes categorias podem ser subdivididas em vários tipos. O material cartográfico, em geral, consiste simplesmente em mapas e documentos correlatos [...]. (SCHELLENBERG, 2006, p.133).

Dentro desse escopo de conjuntos de informação registrada, são inseridos documentos fotográficos que podem estar inseridos na categoria dos audiovisuais. Nesse sentido Vicenta Cortés Alonso (1980, p. 18) afirma que:

Los documentos, seguindo esta misma teoría archivística, se dividen en distintas clases, según se trate de documentos textuales, sonoros o de imágenes, pues en cualquiera de estas formas se puede producir documentación pública o privada.

Tradicionalmente a Arquivologia sempre se preocupou com o tratamento de documentos tradicionais - textuais, com características administrativas e jurídicas, porém com o advento da modernização da administração as produções documentais se modificaram e o surgimento dos novos suportes de registros informacionais tais, como por exemplo, os suportes iconográficos<sup>216</sup>, audiovisuais<sup>217</sup> e cartográficos<sup>218</sup>. Nesse momento, não iremos entrar no mérito dos documentos digitais. A teórica Ma-

<sup>216</sup> Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, imagens impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e fotografias gravuras. (DICIÓNARIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.76)

<sup>217</sup> Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou imagens em movimento, e registros sonoros, como filmes, fitas videomagnéticas. (DICIONÁRIOBRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.73)

<sup>218</sup> Gênero documental integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, plantas perfis e fotografias aéreas. (DICIÓNARIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.74)

rilena Leite Paes (1986) definiu nos estudos nacionais, num primeiro momento, esses suportes como “Arquivos especiais” também descritos na literatura como arquivos especializados. Segunda a autora:

[...] arquivos especiais são aqueles que têm sob sua guarda documentos em diferentes tipos de suporte e que, por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle e conservação. (PAES. 1986 p.102).

Mas essa compreensão está em desuso e temos hoje diversos teóricos da área discutindo e entendendo a fotografia e os demais suportes como documentos arquivísticos<sup>219</sup>. A presença recorrente do documento fotográfico no ambiente arquivístico é facilmente percebida e traz consigo a necessidade que o mesmo seja caracterizado enquanto documento arquivístico. Acerca disso, Schellenberg (2006) argumenta que:

Os materiais audiovisuais e cartográficos apresentam quase o mesmo interesse tanto para os bibliotecários quanto para os arquivistas. As películas cinematográficas, por exemplo, quando produzidas ou recebidas por uma administração no cumprimento de funções específicas, podem ser considerados arquivos. (SCHELLENBERG, 2006, p. 44).

É preciso que as características arquivísticas sejam preservadas, sejam observadas atentamente. Mais do que um mero recurso ilustrativo, a fotografia produzida em decorrência de funções administrativas pré-estabelecidas atinge o patamar de documento de arquivo<sup>220</sup> e como tal, requer a aplicação de todos os processos arquivísticos de organização, classificação e acondicionamento.

Como afirma Manini e Paiva (2010) é possível extrair dos documentos fotográficos aspectos que atendem aos princípios básicos da Arquivologia, tais como: princípio da organicidade, princípio da proveniência. As dificuldades do tratamento da documentação fotográfica no ambiente arquivístico está intimamente relacionada

<sup>219</sup> É necessário que esses trabalhos e reflexões sejam divulgados e que realmente a fotografia não seja mais abordada como novo documento ou documento especial, pois comprovadamente, desde seu aparecimento no final do Século XIX, foi incorporada e utilizada em funções específicas dentro de instituições e por diversos profissionais. (MADIO, 2012, p. 66).

<sup>220</sup> Os documentos de arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte. (BELLOTTO, 2008, p. 37)

com a natureza dos documentos visuais, principalmente sob a questão do suporte informativo. Como aponta Madio (2012, p.57)

Esses documentos, especificamente nos arquivos, durante muitos anos foram tratados como documentação especial por sua fragilidade e tipo de suporte, variado e distinto dos textuais. Na maioria das instituições arquivísticas, a gênese documental dessa produção era desprezada e ignorada, e a análise recaía apenas nos suportes e elementos visuais.

Na mesma problemática sobre os documentos fotográficos, Lacerda (2008) salienta que:

[...] o tipo de suporte documental, ou seja, ao atributo físico e não ao substantivo – predomina sobre todas as outras e demonstra falta de familiaridade, ou melhor, a cerimônia com que historicamente, o pensamento arquivístico se relacionou com os novos tipos de documentos produzidos e acumulados ao longo do século XX, marca esta que está na base dos procedimentos emprestados de outras áreas, da falta de um pensamento mais original em relação a esses documentos no interior dos arquivos. (LACERDA, 2008, p. 74)

Essa “falta de entendimento” que enfatizamos e que Lacerda (2008) faz menção direta, sobre a ausência em alguns casos de referências concretas em relação à documentação audiovisual, incluindo a fotografia, sem contar a ausência de sugestões dos procedimentos metodológicos empregados a tais documentos nos principais manuais da Arquivologia, arrolados em seu estudo bibliográfico realizado em sua tese de doutoramento. Segundo a pesquisadora o Manual de Schellenberg publicado em 1956<sup>221</sup> parece ser o primeiro a trazer no âmbito dos arquivos uma discussão dos documentos fotográficos. Além da inclusão dos documentos fotográficos e dos demais documentos audiovisuais no conjunto de espécies, tipos documentais custodiados pelos arquivos, o autor ainda distingue o interesse tanto das bibliotecas, quanto dos arquivos em acondicionar a documentação audiovisual, de acordo com a função que propiciou a produção de cada elemento. Ao considerarmos as afirmações de Schellenberg (2006) a respeito dos documentos audiovisuais e dos fatores a serem observados para o estabelecimento de metodologias de tratamento dos documentos fotográficos tanto em arquivos como nas bibliotecas, notamos um avanço teórico de extrema relevância. Percebemos, em primeiro, a caracterização do documento mesmo em um suporte fotográfico enquanto documento arquivístico; em se-

---

<sup>221</sup> Título Original em inglês: Moden archives: principles and tecnicas (Chicago, USA, The University of Chicago Press). Traduzido para o português como: Arquivos modernos: princípios e técnicas.

gundo a inovação que representa a preocupação no tipo de tratamento recebido para esse documento.

Lacerda (2008) vê na inserção destes documentos nos arquivos:

[...] uma transformação notável na área, modificando profundamente a própria forma de se produzir e acumular arquivos no mundo contemporâneo [...]. Essas formas de registro de ação e informação são portadoras de materialidade e de recurso de expressão distintos daqueles que representam os diferentes registros presentes na massa documental acumulada ao longo dos séculos. (LACERDA, 2008, p. 76-77).

Com relação à denominação que os documentos fotográficos têm nos acervos arquivísticos, Heredia Herrera (1993) nos apresenta dois exemplos de aquisição e a de produção de fotografias pessoais e outra de produção fotográfica por instituições. No entender da pesquisadora —arquivos fotográficos e fundos fotográficos:

[...] son denominaciones que entram en colisión con la terminología archivística. En el primer caso archivo es utilizado simplemente en la dimensión de almacén de documentos, en este caso fotografías. En todo caso el concepto de archivo referido a las fotografías liga solo de pasada con la dimensión de um fotógrafo. (HEREDIA HERRERA, 1993, p.11).

Para a pesquisadora, o maior problema está na gênese da produção fotográfica que pode utilizar a denominação arquivo ou fundo arquivístico fotográfico, corre-se o risco de apenas pensar no espaço físico, onde são custodiados os documentos. Por outro lado, o conceito pode aludir à produção de um fotógrafo, sendo assim considerados arquivos pessoais e institucionais e realmente ganhando assim o *status* de —arquivo ou fundo arquivístico. Madio (2012, p. 59) afirma que:

[...] deve-se primeiramente, compreender a fotografia como resultado de uma função, uma intencionalidade, seja institucional ou particular. Apesar de a imagem fotográfica muitas vezes não vir acompanhada de uma referência ou identificação textual situando a função daquele registro, deve-se ter claro que sempre haverá uma ação, um propósito original para a realização dessa atividade.

Em relação a essa falta de especificação, como ao tratamento dispensado ao acervo fotográfico Lacerda (2008) aponta que na grande maioria dos manuais, porém, predomina a abordagem de questões relativas à conceituação e caráter dos documentos de arquivo, em particular. Essa diferença, em alguns trabalhos, vai marcar uma separação entre os documentos típicos de arquivo – manuscritos e administrati-

vos – dos documentos soltos, não orgânicos, além dos documentos visuais, ou novos documentos.

Caracterizando a documentação fotográfica como informação de forma geral, porém não arquivística, pela falta do elo entre essa informação registrada, Kossoy (2002) em uma abordagem direta diz:

[...] A fotografia conecta-se a uma realidade primeira que gerou em algum lugar e época. Porém, perdendo-a os dados sobre aquele passado, ou melhor, não existindo informações acerca do referente que a originou, o que mais resta? Uma imagem perdida, sem identificação, sem identidade... sem história (KOSSOY, 2002, p. 129).

Ou seja, sem seu contexto de produção e sua gênese documental. Acerca das dificuldades que Arquivologia encontra para tratar os documentos do gênero imagéticos, Lopez (2011) frisa que:

La organización archivística de los documentos imagéticos nos presenta diferentes dificultades, principalmente em lo que atañe uso de los principios orientadores de esta disciplina, tales como el de procedencia (respect des fonds) y el de respeto al orden original. [...] Los documentos imagéticos de archivos suelen producir la organización individualizada de unidades documentales o, en la mejor de las hipótesis, la formación de colecciones disociadas de su organismo productor, reduciendo de este modo las posibilidades de una comprensión global de su significado (LOPEZ, 2011, p.4)

Podemos perceber com os argumentos acima, que na maioria das vezes, o destino das fotografias dentro dos arquivos, centro de documentação, museus e bibliotecas é receber um tratamento individual. Sendo que para a Arquivologia o tratamento e processamento documental individualizado não é recomendado, além de não respeita os princípios norteadores da disciplina.

### **3.FOTOGRAFIA NO AMBIENTE MUSEU**

Helouise Costa (2008) argumentou que o processo de legitimação da fotografia pelos museus no caso de sua pesquisa para os museus de arte no Brasil é o resultado de três fases, que a autora as intitula de estratégias, tendo cada uma suas próprias discussões e problemáticas. Assim a primeira estratégia de acordo com Costa (2008) seria a institucionalização da fotografia pelo Museu de Arte Moderna de Nova York, MoMA, que em 1940 criou o Departamento de Fotografia.

A autora Diana de Abreu Dobranszky (2008) em sua tese de doutorado propõe em sua pesquisa sobre a legitimação da fotografia nos museus de artes na Europa do século XX, que diferentes movimentos artísticos tiveram na fotografia uma forma de expressão, junto com os movimentos do Dadaísmo, Surrealismo, Construtivismo Russo e o formalismo da Bauhaus. Contudo, esse tipo de fotografia conviveram com as fotografias das Primeira e Segunda Guerras Mundiais no mesmo espaço como fotografias documentais que em meados da década 1930 centrou-se no conceito de um funcionamento mecânico, no sentido da fotografia ser enxergada para estabelecer o resultado de um elo perfeito entre a imagem e a próprias coisas reais do mundo, ou seja, a realidade capturada pela imagem que ganhou força com a produção dos artistas como: Brassaï (França - 9 Setembro de 1899 - 8 Julho de 1984), Bill Brant Alemanha - 2 Maio 1904 – 20 Dezembro de 1983), August Sander (Alemanha 17 de novembro de 1876 - 20 de abril de 1964), e Henri Cartier-Bresson (França 22 de agosto de 1908 - 2 de agosto de 2004). Apesar disso, com o passar dos anos o declínio dessa dimensão documental da fotografia, veio a perder atribuição do real.

Primeiras exposições com fotografias de artistas europeus e paisagens podiam ser vistas como a *Armory Show* em 1913, realizado em Nova York. (Dobranszky, 2008, p. 1). Antes mesmo da fundação do Departamento de Fotografia, o MoMA já promovia suas primeiras exposições:

A primeira exposição com fotografias no MoMA aconteceu em 1932. Em *Murals by American Painters and Photographers* (1 a 13 de maio) a fotografia foi anunciada lado a lado com a pintura; no entanto, isso não denotava como poderia parecer, uma proximidade em termos de valores estéticos intrínsecos. Essa exposição tinha causa específica: na introdução do catálogo Nelson Rockefeller (presidente do museu) e Lincoln Kirstein (diretor da exibição) escrevem que a exposição foi em parte estimulada pelos feitos mexicanos na arte dos murais e teria o intuito de encorajar os artistas a estudar as possibilidades desse meio de expressão artística (os murais). (DOBRANSZKY, 2008, p. 8).

O curador do Departamento de Fotografia do MoMA, Beaumont Newhall definiu critérios para que as fotografias fossem aceitas como arte no museu. Se referindo as observações de Christopher Philips (1982 apud Costa 2008, 2008, p.133) explica que:

[...] a transformação cultural que possibilitou a assimilação da fotografia como arte pelo museu foi paradoxal: o museu passou a valorizar a fotografia não enquanto imagem reproduzível e versátil, mas enquanto objeto de coleção, pautado em valores como raridade, autenticidade, expressão pessoal ou e virtuoso técnico.

O emprego da fotografia pelo movimento *pop art*<sup>222</sup>, movimento conceitual nos anos de 1960 e 1970, é considerado por Costa (2008) a segunda via de legitimação pelo museu. Mesmo sem ter um objetivo claro no que queriam ou reivindicavam a fotografia como arte, e talvez nem interessados na discussão sobre a fotografia como arte, a mesma foi consumida pelos artistas daquele momento como um instrumento para propor uma nova leitura, tendo como consequência uma maior abertura dos museus em relação à arte, que assimilou os diferentes tipos de propostas e inserindo definitivamente a fotografia nos museus.

Na década de 1980 a terceira estratégia que Costa (2008) destaca é a valorização dos modelos pictóricos como sugestivos ao Renascimento e à pintura. A fotografia seria produzida em grandes dimensões, em cores e para alguns artistas seria uma pintura em quadros. No mesmo texto a autora salienta que a assimilação das fotografias no museu, seja a partir da referência da arte ou das discussões teóricas que as promove só se concretizou na década dos anos 1990 quando começou a ser dimensionada pelo ponto de vista histórico e sugestões teóricas. No Brasil, segundo o estudo de Mendes,

O processo de valorização da fotografia e consequentemente de sua preservação pelas instituições museológicas se inicia a partir da década de 1970, quando surge a necessidade de construir o *corpus* brasileiro para a produção fotográfica, visando uma posição para a fotografia como meio documental e como expressão pessoal. (MENDES, 2002, p. 19).

Novos tempos com a virada da década iniciam-se pesquisas nas Universidades, com destaque para as áreas de artes e produção editorial, como afirma Mendes (2002):

No campo da memória material, das obras, das fotos em si, a situação começava a avançar. Embora do ponto de vista histórico, algumas

<sup>222</sup> Os artistas deste movimento buscaram inspiração na cultura de massas para criar suas obras de arte, aproximando-se e, ao mesmo tempo, criticando de forma irônica a vida cotidiana materialista e consumista. Latas de refrigerante, embalagens de alimentos, histórias em quadrinhos, bandeiras, panfletos de propagandas e fotografias serviram de base para a criação artística deste período. Os artistas trabalhavam com cores vivas e modificavam o formato destes objetos. A técnica de repetir várias vezes um mesmo objeto, com cores diferentes e a colagem foram muito utilizadas.

instituições possuíam acervos de extrema relevância, a exemplo da Biblioteca Nacional, apenas na década de 1990 tiveram lugar programas de pesquisa, preservação e difusão nacional e internacional. Do ponto de vista da fotografia contemporânea, os acontecimentos permanecem restritos a gestos individuais como o de Joaquim Paiva, que constituiria extenso painel e, ao mesmo tempo, permitiria sua circulação em eventos no Brasil e no exterior. (MENDES, 2002, p. 2).

Em um artigo que trata do papel da fotografia e da curadoria em museu, Carvalho e Lima (2000), explicam a relação das coleções privadas e das coleções sistemáticas<sup>223</sup>, evidenciando as funções eficazes que influem no papel da fotografia como documento. As autoras entendem que devido ao modo de produção, a fotografia disseminou-se socialmente elevando-a para o desejo dos colecionadores, “[...] pode-se afirmar que boa parte da produção fotográfica disseminou-se socialmente levando-se em conta sua vocação colecionável” (CARVALHO; LIMA, 2000, p.20).

Assim é compreendido que os documentos fotográficos em Museus, são oriundos de coleções pessoais e institucionais, doações e movimentos artísticos, e por suas características técnicas apresentadas na instituição podem ser classificados como coleções.

#### **4. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA**

Os processos metodológicos e técnicos do trabalho foram o levantamento bibliográfico que objetivou trazer os principais conceitos das áreas de Arquivologia, Museologia e Fotografia, que embasaram as discussões propostas pelo trabalho. Nesse sentido uma pesquisa bibliográfica segundo Gil (1999, p.65) é “[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” A pesquisa documental foi fundamental para compreensão da estrutura administrativa da Prefeitura e Câmara Municipal de Mirassol, e a implantação do Museu Municipal Jezualdo D’ Oliveira, por isso, iniciamos uma pesquisa partindo do relevante entendimento do contexto de produção dos registros fotográficos. Segundo Fachin (2006, p.146) “a pesquisa documental corresponde a

---

<sup>223</sup> Coleções sistemáticas onde há uma preocupação com os princípios de organização. Estes princípios são percebidos de uma realidade externa, que vai além do material específico e que resulta por derivação de princípios gerais, deduzidos por um conjunto de características familiares dos materiais, ou seja, através das operações de observação e razão. (PEDROCHI; MURGUIA, 2007.p.6).

toda informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada [...]." Além dos documentos oficiais tais como leis, editorais, atas relatórios, entre outros. Já o estudo exploratório possibilitou uma maior aproximação com o problema pesquisado, nesse sentido foi fundamental para a pesquisa as visitas realizadas no Museu Municipal Jezaudo D' Oliveira que visava a compreender a formação do acervo fotográfico e sobre sua acumulação e custódia. Assim, foi feito um recorte entre os anos de 1940 e 1990 das fichas de controle do acervo do Museu Municipal para ilustrar as temáticas abordadas para a organização dos documentos fotográficos. Como o próprio nome já indica, a pesquisa descritiva visa descrever as características do fenômeno estudado, como também estabelecer relações entre variáveis presentes nos dados coletados através de observação e aplicação de questionário. (FIGUEIREDO, 2008). Também foram aplicadas entrevistas com os funcionários do Arquivo Municipal e Arquivo da Câmara Municipal e o Curador do Museu e o Fotógrafo que por muitos anos fez trabalhos para a administração pública, sendo que para as "entrevistas, fontes essenciais de evidência para o estudo de caso, desenvolveu-se um instrumento com questões semi-estruturadas embasadas deixando margem para a inclusão de questões que surgiem durante a fala dos sujeitos do estudo." (YIN, 2005, p. 118).

Com isso, a pesquisa se caracterizou como um estudo de caso que segundo (YIN, 2005) o objetivo do estudo é alcançar a generalização teórica, não necessitando ser demasiado longo e moroso, mas é necessário esclarecer que o estudo de caso não é uma amostragem como também não visa construir estatísticas.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao abordarmos a transferência das fotografias para o Museu ingressamos em uma área tênue, pois não encontramos informações concretas, mesmo após as entrevistas realizadas com os funcionários públicos e o fotógrafo, contudo, conforme afirmou o fotógrafo Zanini (2013) em sua entrevista, mediante a pergunta: O Jezualdo D' Oliveira tinha essa visão de registrar os eventos históricos, ele pedia para o senhor tirar fotos, pedia cópias para Administração e para o Museu? O entrevistado afirma que:

Ele pedia cópias principalmente quando tinha encontro de escritores e o finado Ariovaldo Côrrea pedia para arquivar também para ele e para Prefeitura ficava com as outras cópias que nem serviço de obras mesmo, que às vezes eu fazia várias e o chefe do almoxarifado ficava com uma cópia e outra iria para a Prefeitura todo serviço era assim, eles pediam as fotos para o arquivo e para a divulgação.

Neste sentido, mesmo após as entrevistas aplicadas, nos deparamos com uma lacuna de falta de informações pertinentes as rotinas administrativas sobre a produção das fotografias, assim, não foi possível sanar nossas dúvidas sobre a entrada dos documentos fotográficos no Museu. Apenas encontramos as reproduções fotográficas únicas, confirmando o tratamento documental praticado por Museus<sup>224</sup>. Também foram localizadas outras coleções privadas com diversas datas, e outras com absoluta falta de identificação. Mediante a isso, não foi possível compreender a ordem e a sequência pelas quais os documentos fotográficos foram gerados, recebidos e acumulados pelo órgão produtor, pois os documentos não foram registrados ou mesmo incorporados com os demais documentos administrativos o que Viviane Tessitore (2002, p. 13) afirma se tratar “[...] de alienação de patrimônio documental público [...] afasta-se o arquivo da convivência com outros conjuntos da mesma natureza e rompe-se sua continua alimentação [...] limitando seu potencial informativo.”

Os documentos fotográficos, em sua grande maioria, foram produzidos pela Prefeitura Municipal de Mirassol e alguns documentos fotográficos produzidos pela Câmara Municipal, podemos encontrar tais informações, após as análises nas fichas de controle de acervo. Assim aconteceu uma fragmentação dos Fundos do Executivo e Legislativo perdendo totalmente a relação orgânica que esses documentos foram produzidos.

Considerando que do ponto de vista arquivístico essa organização adotada pelo museu municipal seria intitulada coleção, que segundo Rousseau e Couture (1998, p. 286)

É “um conjunto de documentos ou de dossiês reagrupados em função de uma temática ou outra”. “Colecção constitui a antítese do fundo” a orientação para a organização de tais conjuntos não poderia ser mais genérica, estando restrita ao critério temático.

---

<sup>224</sup> Tratamento é feito peça a peça, ainda que totalizando uma única e grande coleção. (BELLOTTO, 2004, p.39).

Também temos que mencionar que devido a calamitosas gestões municipais, o Museu Municipal Jezualdo D’Oliveira foi esquecido pela Administração Municipal, sofrendo com a falta de conservação de seu acervo, dos objetos, das fotografias, dos documentos de cunho histórico tanto doados pela população do município como de suas atividades administrativas, fato que acarretou perda de uma grande parte dos documentos, inclusive muitos documentos fotográficos e registros de controle do acervo. A equipe que assumiu a administração do Museu em 2010 constatou a precariedade dos objetos do acervo, de modo geral e das instalações do museu.

FIGURA 1 - Material fotográfico encontrado pelos novos funcionários do Museu



Fonte: Museu Municipal Jezualdo D’ Oliveira.

Ressaltamos que as fotografias do acervo do museu não tiveram um tratamento técnico adequado, sofrendo intervenção sem conhecimentos teórico-metodológicos necessários e por isso, não foram registradas corretamente. Essa situação também foi agravada pelas constantes exposições montadas com esse acervo. Nesse sentido a documentação museológica não atingiu seu objetivo, que segundo Bottallo (2010, p. 51) é:

Reconhecer os acervos museológicos, independentemente e sua natureza, como suportes de informações. Está focado na busca, reunião, organização, preservação e disponibilidade de todas as informações, sobre quaisquer suportes, que digam respeito a esses mesmos acervos.

Hoje os documentos fotográficos do Museu Municipal Jezualdo D' Oliveira são estimados em aproximadamente quatro mil ampliações fotográficas entre P&B e cor. Constatamos que as fichas de controle das peças/objetos/ documentos do Museu Municipal, foram construídas de forma singular, apenas elaborada para uso do museu. Não houve uma política de normalização para tal prática, com normas nacionais ou internacionais, por exemplo, do CICOC<sup>225</sup> – ICOM para catalogação de seus documentos, porém, essa situação é bastante comum, pois cada Museu tem autonomia para elaborar sua ficha catalográfica, pois não há uma norma de descrição dos objetos de museus, apenas diretrizes. No entanto, o preenchimento de dados não normatizado sugere muita dificuldade para a coleta de informações e a recuperação dessa informação. Assim, “uma orientação fundamental: é imprescindível que se elaborem manuais de com o tema processamento e catalogação das coleções, com a indicação do uso de cada campo, indicações de procedimentos, de manipulação e de acondicionamento de objetivos”. (BOTTALLO, 2010, p. 63).

Os onze campos constantes da ficha encontrada no Museu Municipal Jezualdo D' Oliveira são: 1. Número de objeto; 2. Número da ordem; 3. Identificação do objeto; 4. Data da doação; 5. Nome do doador; 6. Residência; 7. Intermediário; 8. Assunto; 9. Espécie; 10. Data; 11. Motivos. Abaixo apresentamos um exemplo de uma fotografia catalogada e identificada como “Obras Públicas”.

FIGURA 2 - Fotografia como o tema “*Obras Pública*”.



Fonte: Acervo do Museu Municipal Jezualdo D' Oliveira.

<sup>225</sup> International Committee for Documentation - CIDOC é dedicado à documentação de coleções de museus. O comitê reúne curadores, bibliotecários e especialistas da informação interessados em documentação, registo, gestão de coleções no ambiente de museu.

E sua respectiva ficha de identificação e controle.

FIGURA 3 - Ficha de Controle de acervo do Museu Municipal Jezualdo D' Oliveira

<b>MUSEU MUNICIPAL DE MIRASSOL</b>	
N.º do objeto.....	N.º de ordem <u>3105</u>
Identificação do objeto: <u>Fotografias</u>	
Data da doação: <u>25 de Setembro de 1.961</u>	
Nome do doador: <u>Arquivo da Prefeitura</u>	
Residência : <u>Mirassol</u>	
Intermediário :	
<b>ASSUNTO:</b>	
Espécie: .....	Data: <u>22 de Setembro de 1.961</u>
Motivo: <u>Solenidade de Assentamento da 100.000 lajeata da pavimentação pelo Prefeito Leopoldo Gattardi.</u>	
NO VERSO OUTRAS ANOTAÇÕES	

Fonte: Museu Municipal Jezualdo D' Oliveira.

Essa fotografia foi intitulada na organização com a classificação temática “Obras Públicas”, entretanto, no campo Assunto não há preenchimento, porém a acreditamos que quando a ficha foi preenchida algumas informações importantes para contextualização do documento fotográfico foram identificadas, como por exemplo: o órgão doador, Arquivo da Prefeitura, ou seja, seu produtor (podemos supor mediante a pesquisa na legislação que esse documento fotográfico teve sua proveniência na Diretoria de Viação e Obras Públicas, como mencionado na constituição da administrativa da Prefeitura); e Pelo pesquisa histórica sobre a gestão do Prefeito na época, Leopoldo Gattardi de “1 de Janeiro de 1960 a 31 de Dezembro de 1963” (CÔRREA, 1983).

Para a identificação do contexto de produção, pensando em garantir a manutenção dos dados como o órgão produtor cujas competências e atividades estão diretamente relacionadas com a função que o documento tem que cumprir, deveria também constar nas fichas catalográficas para entendimento maior do objeto e da própria imagem seu contexto social. Essas informações nos possibilitam visualizar de maneira prática as relações estabelecidas entre os documentos e sua organicidade. Desta maneira, temos subsídios suficientes para cumprir as etapas previstas na identificação arquivística mesmo no ambiente de museus conforme dito por Duchain (1986):

[...] é essencial para apreciação de um documento qualquer, saber com exatidão quem o produziu, em que circunstâncias, no desenrolar de que

ação, com que objetivo, a quem se destinava, como e quando foi recebido por seu destinatário e por que meios chegou até nós. (DUCHEIN, 1986, p. 17).

Observamos que a escolha de um critério “temático” para um esquema de classificação visando à recuperação posterior das imagens é uma metodologia empregada de maneira periódica pelo Museu Municipal Jezauldo D’ Oliveira, porém sob o ponto de vista Arquivístico e de se preservar todas as informações do objeto, essa organização é equivocada e incompleta, pois é predominante preconizado pela área arquivística a organização pelas funções documentais; mesmo segundo a identificação Museológica, a catalogação apresenta muitas falhas, principalmente por fazer menção exclusivamente à informação contida na imagem, ou seja, seu conteúdo, portanto, descaracterizando as informações externas, de contextos de produção e questões sociais do documento e do Município.

Como podemos notar na entrevista realizada com o curador atual do Museu Municipal Henrique Frota, onde o mesmo afirma que: “Atualmente faço todo o trabalho do museu e arquivo sozinho; então procuro organiza-las por assunto [...]” (FROTA, 2013). Ou seja, o método de organização da documentação fotográfica é temático e cronológico. Na lista de assuntos, temos o arranjo por tema: Festas, Avenidas, Personalidades e Igreja, entre outros. Assim os registros fotográficos estão sendo tratados de maneira individual, com os princípios de tratamento de objetos de museus, porém salientamos que mesmo ocorrendo esse tratamento individual é oportuno garantir o contexto de produção dos objetos e garantir que itens de arquivo, sejam identificados por sua produção orgânica, uma vez que a disciplina é interdisciplinar. Para obter uma melhor recuperação e mais confiável, pois como podemos notar a classificação temática aplicada no Museu Municipal Jezuado D’Oliveira é rudimentar para sua atividade enquanto centro de cultura Município.

Interessante frisar também que a ficha de controle de acervo tem como doadores: Prefeitura Municipal de Mirassol, Arquivo da Prefeitura, Arquivo Municipal, Secretaria da Prefeitura, portanto, existia um arquivo que deveria tratar e guardar esses documentos fotográficos enquanto resultado de uma ação administrativa, comprobatória, entretanto essa preocupação não ocorreu.

Conforme o artigo de número XVII, do Capítulo II das Atribuições, Seção de número II, da Lei Municipal de número 426 de 1 de Abril de 1959 que dispõe sobre a

Organização dos Serviços Municipais apresenta um breve preocupação com o Arquivo, embora de maneira muito superficial: “Verificar a escrita do Arquivo e o da Portaria estão em perfeita ordem e levar ao conhecimento do Prefeito as irregularidades encontradas” (MIRASSOL,1959, p.3). Ou seja, essa situação pressupõe a falta de um profissional capacitado o Arquivo não funcionava corretamente na Administração Pública do Município de Mirassol. Com a análise apresentada acima, constatamos que a atual organização aplicada para a documentação fotográfica não contempla todas as informações para a contextualização dessas fotografias, e visto a necessidade de uma padronização das fichas de catalogação, onde as informações apresentadas contemplem as necessidades fundamentais dos museus que é divulgar seu acervo e consequentemente produzir conhecimento. Neste sentido, Meneses (1997, p.9) frisa que: “o historiador não faz o documento: é o historiador quem fala, e a explicação de seus critérios e procedimentos, é fundamental para definir o alcance de sua fala” salientando a importância do profissional em relação ao documento e as informações contidas nele. Assim, faz-se necessário a apresentação de um modelo de ficha catalográfica para o Museu Municipal Jezualdo D’ Oliveira.

Como fora mencionado, hoje o documento fotográfico são considerados documento/ objeto de museus e as informações requeridas por uma instituição museológica certamente diferem das informações em outro ambiente. Como por ex. o ambiente arquivístico. Portanto, além de existir uma infinidade de variedade de tipologias de objetos, eles também poderão ter a função, valores e sentidos diferentes, dependendo do ambiente em que estiver inserido, e por consequência, as descrições serão também variadas.

Assim, apresentaremos a proposta de ficha catalográfica para o Museu Municipal Jezualdo D’ Oliveira, pois como constatamos a instituição carece de uma padronização para a descrição de seus documentos. Assim utilizamos como referência as fichas proposta pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e a ficha catalográfica do Museu do Ipiranga também conhecido como Museu Paulista, afirmindo que a ficha é para os documentos fotográficos que o museu mantém sob sua custodia. A proposta apresenta campos com informações arquivísticas e museológicas, pois tenta contextualizar as fotografias sob o viés administrativo e sob o olhar do contexto social que a museologia proporciona.

**QUADRO 1 - Proposta de ficha catalográfica apresentada**

Dados do Museu
Identificação do Museu
Endereço
Ano de Fundação
Decreto Municipal de Fundação
1. Dados Administrativo do Objeto
Número da ficha
Número de Patrimônio
Número do Processo (doação, aquisição, comodato)
Intermediário (Órgão Publico, Departamento, Secção, Organização, Pessoa)
Motivo da Ação
Histórico do Objeto
História Museológica (biografia do objeto)
Bibliografia
Valor da peça
2. Dados Físicos
Tipologia do Objeto
Título do Objeto
Autor/Fabricante
Data
Dimensão física (altura, largura)
Originais/ Reprodução
Localização
Conservação
Material
Técnica

	<p>Cor/Cromia</p> <p>Estado físico do suporte</p> <p>Tipos de inscrições (ex., anotações, entre outros)</p> <p>Observações</p>
	<p>3. Pontos de Acesso</p>
	<p>Palavras-chave</p>
	<p>4. Responsabilidade</p>
	<p>Nome Pessoa/ ou Instituição</p> <p>Função</p> <p>Data</p> <p>Observações</p>

Fonte: elaborado pelos autores

A ficha proposta para o museu possui campos que fazem referência ao contexto de produção do objeto, apresentando os campos administrativos e a contextualização do objeto enquanto fenômeno social, ambos inerentes aos campos vinculados aos Dados Administrativos do Objeto que a ficha anterior não contemplava, sendo assim fica a critério da equipe de trabalho que atua hoje no Museu Municipal Jezualdo D' Oliveira a utilização da ficha proposta por esse trabalho, cabe salientar que alterações poderão surgir com a sua utilização.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

A partir do estudo *in loco* que desenvolvemos percebemos que os documentos fotográficos constituem uma sequência de uma determinada ação/atividade, por exemplo, os registros fotográficos da Prefeitura Municipal que

correspondem em grande parte às cerimônias do Município, Comemorações, Homenagem, entre outros. Tal constatação foi possível por meio das fichas de controle de acervo existentes no museu. Contudo não podemos aplicar os princípios arquivísticos nas coleções fotográficas que estão sob a custodia tais como: Princípio da Proveniência e Ordem original. A coleção analisada demonstrou que há uma ligação estreita entre as funções administrativas e os documentos fotográficos, confirmado pelos responsáveis pelas doações. E sobre coleções artificiais, Lacerda (2008, p.71) argumenta que “as coleções são apenas um dos conjuntos documentais na qual a fotografia pode ser encontrada, sabemos que investigar a proveniência em coleções não tem o mesmo significado que fazê-lo fundo arquivístico”. Não podemos afirmar que esses documentos fotográficos foram selecionados e fragmentados do seu contexto de produção, mesmo com as entrevistas dos responsáveis pelos setores de arquivo do executivo e legislativo, no entanto temos a hipótese de que qualquer funcionário público que estivesse relacionado com a solicitação das fotografias poderia transferir esses documentos para o Museu, tal fato poderia ser facilmente respondido se os gestores do Museu aplicassem uma política de aquisição de acervo. Na entrevista realizada com o funcionário do museu, o curador Henrique Ferraz Frota, ficou esclarecido que as fotografias tiveram uma organização quando Jezualdo D’ Oliveira trabalhava no museu, depois o que ocorreu foi um abandono da gestão e somente no ano de 2010 foi pensada uma reorganização de todos os objetos do museu, inclusive as fotografias. A organização ainda está acontecendo e sem previsão de término, salientando que o Museu pertence à Prefeitura Municipal de Mirassol e o repasse de receitas é muito pouco, destacando que os produtos de manutenção/conservação preventiva são de valores altos. Na perspectiva de relação entre Arquivo e Museu, encontramos uma justaposição entre as instituições, que possuem aspectos em comum, ambas têm como objeto de estudo e organização a informação registrada, porém, não é qualquer tipo de informação. Smit (2000, p.121) afirma que “a questão do registro permite chegar à ideia do estoque, ou do acervo, ou ainda às definições já tradicionais de arquivos, bibliotecas ou museus. [...].” Contudo a recuperação da informação dentro das instituições arquivo e museu acontecem de maneira opostas, até pela constituição de seus acervos. Como salienta Le Coadic (2004), em ambiente informacionais, como bibliotecas, arquivos e museus, existe hoje uma tendência voltada para o usuário da informação. Nesse sentido é importante

lembrar que a Arquivologia enquanto área do conhecimento está se desenvolvendo e estabelecendo suas bases teóricas, portanto, cabe aos profissionais que estão saindo das Universidades explorarem novos conhecimentos para que assim seja possível o aperfeiçoamento de suas técnicas. Uma questão pertinente é a necessidade de novos questionamentos da Arquivologia sobre a compreensão do documento fotográfico enquanto documento arquivístico, ainda há um desconhecimento da teoria para a prática, sabemos que é complexo sistematizar todos os princípios basilares da área em um documento de linguagem diferente e por isso temos um longo caminho científico para trilhar. Desta forma, destacamos que a informação arquivística não se restringe a apenas documentos convencionais, mas também documentos fotográficos.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL, **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**, Rio de Janeiro: [s.n] 2005.

BELLOTTO, H.L. **Diplomática e Tipologia Documental em Arquivos**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos/Livros, 2008.

BOTTALLO, M. Diretrizes em Documentação Museológica. In: *Documentação e conservação de acervos museológicos*: diretrizes/ ACAM Portinari: Governo do Estado de São Paul: texto FABRI, A. [et. al] São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo,2010.

CARVALHO, V. C. de; LIMA, S. F. de Fotografia como abjetos de coleção e de conhecimento. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.32, 2000.

CORRÊA, A. **Mirassol - Estruturas & Gravuras**. Editora Soma. São Paulo, 1983.

COSTA, H. Da fotografia como arte à arte como fotografia: a experiência do Museu de Arte Contemporânea da Usp na década de 1970. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 131-173, jul./dez. 2008.

DOBRANSKY, D. de A. **A legitimação da fotografia no museu de arte:** O Museon of Modern Art de Nova York e os anos Newhall no Departamento de Fotografia, 2008. 546 f. Tese (Doutorado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, abr. 1986.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia.** 5. ed.[rev.] – São Paulo: Saraiva, 2006.

FIGUEIREDO, N.M.A.de (Ogr.) **Método e metodologia na pesquisa científica.** 3. ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2008.

FROTA, H. **Entrevista sobre o Museu Municipal Jezualdo D' Oliveira,** Mirassol, Museu Municipal Jezualdo D' Oliveira, 15 de abr. 2013. Entrevista.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

HEREDIA HERRERA, A. La fotografía y los arhivos. In: **FORO IBEROAMERICANO DE LA RÁBIDA.** Jornadas Archivísticas, 2, 1993, Palos de la Frontera. Huelva: Diputación Provincial, 1993.

KOSSOY, B. **Ficções na Trama Fotográfica.** Cotia: Ateliê, 2002.

LACERDA, A. L. **A fotografia nos arquivos:** a produção dos documentos fotográficos na Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. São Paulo, 2008. 259 f. Tese de Doutorado – Pós Graduação em História Social.

LE COADIC, Y.F. **A Ciência da Informação.** 2 ed. Tradução Maria Yeda F.S de Filgueiras Gomes. Brasilia: Briquet de Lemos, 2004.

LOPEZ, A. P. A. Contextualización archivística de documentos fotográficos archival contextualization of photographic documents. Alexandria: Revista de Ciencias de la Información, año V, n.8, enero-diciembre 2011. Disponível em:  
<<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/alexandria/article/view/213/207>>Acesso em: 13 de fev. de 2012.

MADIO, T.C.C. Uma Discussão dos Documentos Fotográficos em Ambiente de Arquivo. In. **Estudos Avançados em Arquivologia/** Marta Ligia Pomim Valentim [org.] – Marília Oficina.Universitária.;São.Paulo.:Cultura.Acadêmica.,2012.

MANINI, M. P.; PAIVA, L. F. A fotografia como documento em arquivos brasileiros: os casos do Arquivo Nacional e o Arquivo Público do Distrito Federal. In: **Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação**, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2010.

MENEZES, U. T. B. de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. V.2, São Paulo, jan./dez., 1994.p.09-42.

MENDES, R. Para que servem as coleções (fotográficas)? In. **Catálogo Fotografias no acervo do Museu de Arte Moderna de São Paulo**, São Paulo- MAM, 2002.

MIRASSOL, **Lei n.º 426** de 1 de abril de 1959. Dispõe sobre a organização de serviços.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

PEDROCHI, M. A.; MURGUIA, E. I. O Dever de uma coleção: a institucionalização do Museu Eduardo André Matarazzoli de Armas, Veículos e Máquinas. In: VIII Encontro Nacional... **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisa em Informação**/ Nanci Oddoni e Marisa Brächer (organizadoras). – Salvador: ANCIB, 2007.

ROUSSEAU, J. Y ; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Pref. Frank B. Evans. Colaboradores: Florence Ares, Chantale Filion, Marlene Gagnon, Louise Gagnon-Arguin, Dominique Maurel. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Revisão científica Pedro Penteado. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos** princípios e técnicas; tradução de Nilza Teixeira Soares. – 6 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SMIT, J. W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrupa estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 1 n. 2, p.11 - 26, 2000.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Broohman, 2005.

ZANINI, D. **Questionário sobre a atuação profissional do Fotógrafo**, Mirassol, Museu Municipal Jezualdo D' Oliveira, 26 de nov. 2013. Entrevista.